

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

14º Boletim de Acompanhamento

18 de setembro de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo quarto boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

1. DAS AUDIÊNCIAS

No dia 17 de setembro, foi realizada audiência pública para discutir os investimentos e as estratégias do Governo Federal para a retomada do ensino e mitigação dos impactos da pandemia no Brasil. Foi convidado o Senhor Milton Ribeiro, Ministro da Educação, que iniciou sua fala relatando que o Ministério tem feito o acompanhamento das entidades que estão sob sua administração, tais como universidades e institutos federais. Com o objetivo de promover transparência, o Senhor Ministro informou que estão disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC) dois painéis de monitoramento com os detalhes sobre as atividades dessas entidades. Nesse contexto, destacou que das 69 universidades federais, apenas 15 não participaram do esforço do ensino a distância; e dos 41 institutos federais, apenas 4 suspenderam as aulas.

Com relação ao retorno às atividades presenciais, uma medida importante do Ministério da Educação para auxiliar as redes de ensino estaduais e municipais no planejamento é a disponibilização de recursos no montante de aproximadamente 525 milhões de reais, deslocados do orçamento da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Alfabetização. Esses recursos podem alcançar 116.757 escolas públicas, por meio de transferência direta para o caixa da escola, na forma do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O Ministro considerou que essa ação atingirá 36.858.000 de alunos, e poderá ser usado para o pagamento de itens de higiene, desinfecção de ambientes, realização de pequenos reparos e adequação das salas e ambientes. O Senhor Ministro também relatou que o MEC está terminando o protocolo de biossegurança para a educação básica, que terá a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Outro aspecto abordado pelo Ministro foi a atuação do MEC no combate à malversação de recursos públicos. Mencionou que foram devolvidas 94 tomadas de contas especiais de municípios que não foram capazes de comprovar o efetivo uso dos recursos públicos para o qual ele foi destinado.

O Ministro também mencionou o emprego de recursos extraordinários para o auxílio das despesas dos hospitais universitários, que possuem 55 mil funcionários e prestam serviço de extensão importantíssimo. Em média, esses servidores custam ao MEC mais de 400 milhões por ano. Foi transferido

aproximadamente 57 milhões de reais para o Hospital das Clínicas em Porto Alegre para expansão dos leitos de UTI e despesas de custeio. Foi informado também que foram enviados 187 milhões de reais para universidades federais. Desse montante, 127 milhões alocados diretamente nas universidades e 60 milhões para serem gastos por meio de Termos de Execução Descentralizadas (TED). Além disso, também foi transferido 43,5 milhões de reais para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo hospital não faz parte da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); e 10 milhões dos recursos extraordinários foram diluídos em outras universidades. Além disso, também foram utilizados 39 milhões para apoiar os cursos de medicina sem hospitais universitários. Importante ressaltar também que o Ministro, em sua fala, fez referência à autorização para que fossem antecipadas as refeições de grau de diversos cursos da área da saúde. Assim, mais profissionais poderiam estar disponíveis para o enfrentamento da pandemia.

Ao final de sua apresentação, o Ministro também abordou o Programa de Inovação e Educação Conectada. Reconheceu a importância da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem e informou que estão destinando recursos para dar mais suporte para a conexão. Até o fim do ano, cerca de 60 mil escolas devem ser beneficiadas.

2. SUB-RELATORIA SISTEMA FINANCEIRO E CRÉDITO

2.1. Propostas Legislativas em Tramitação

Esta semana entrou na pauta do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 4.558, de 2020, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho. O PL resgata o texto da Medida Provisória nº 958, de 2020, cujo Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2020, não foi apreciado e perdeu validade.

O PL tem como objetivo mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Resgatam-se dispositivos da MPV que facilitam o acesso a crédito, flexibilizando as exigências impostas para sua concessão. Dentre essas encontram-se a dispensa de registro de instrumentos contratuais e de apresentação de certidões de regularidade.

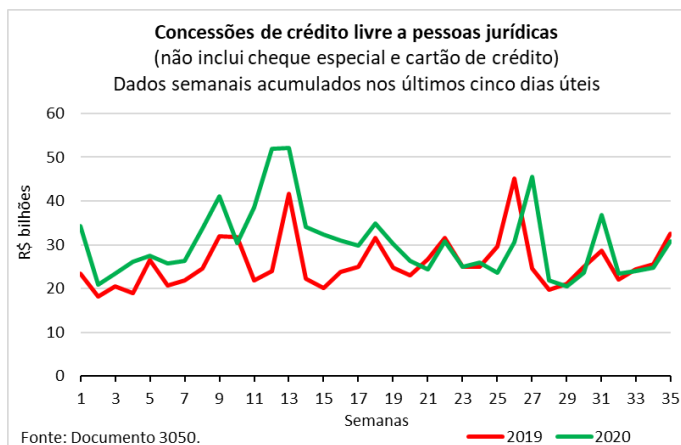
Reduzir a burocracia de modo a permitir que o crédito chegue na ponta é essencial neste momento difícil pelo qual passa o país. Este PL permite que se aumente o crédito – tão escasso – no país.

2.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

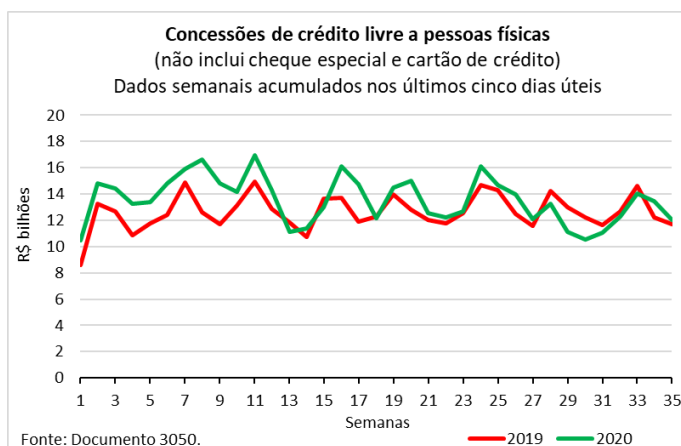
De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 35ª semana de 2020, foram liberados R\$ 1.062,2 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 902,7 bilhões, o que corresponde a um aumento de 17,7%. Para as pessoas físicas, até a 35ª semana de 2020, foram liberados R\$ 474,1 bilhões, ante R\$ 442,4 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 7,2%.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 35ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.536,3 bilhão, ante R\$ 1.345,1 bilhão em 2019. Um aumento de 14,2%.

A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir.



Concessões semanais PJ		
R\$ bilhões		
Semana	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5
30	25,0	23,5
31	28,6	36,8
32	22,1	23,5
33	24,4	23,9
34	25,6	24,8
35	32,5	30,8



Concessões semanais PF		
R\$ bilhões		
Semana	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6
31	11,7	11,1
32	12,7	12,3
33	14,6	14,1
34	12,2	13,5
35	11,7	12,0

Dados do Programa Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), atualizados até 4 de setembro, revelam uma atuação ainda tímida até o momento. De acordo com o Banco Central, *os bancos estão finalizando as alterações sistêmicas para a operacionalização do Programa e deverão passar a oferecer o produto a partir de setembro, tão logo cumpram suas metas no PEAC-FGI. Também estão atentos a todas as propostas de emendas em relação à MP e isso acaba gerando expectativas acerca do desenho final do produto.* Seguem abaixo operações já celebradas ao amparo do Programa. A estimativa do Banco Central é de que esse Programa deve alcançar ao menos R\$ 50 bilhões até o final do ano.

SEGMENTO e ES	Classificados como CGPE		Elegíveis como CGPE		Total	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)
Microempresas	51	3,8	5.708	154,7	5.759	158,5
BRB	51	3,8	-	-	51	3,8
Itaú	-	-	7	8,3	7	8,3
Bradesco			3.892	82,0	3.892	82,0
Caixa	-	-	1.809	64,4	1.809	64,4
Pequenas Empresas	31	6,5	14.439	1.015,3	14.470	1.021,8
BRB	29	5,7	-	-	29	5,7
Santander	2	0,8			2	0,8
Itaú	-	-	213	55,7	213	55,7
Bradesco			10.959	634,0	10.959	634,0
Caixa			3.267	325,6	3.267	325,6
Médias Empresas	7	21,8	1.218	618,5	1.225	640,3
BRB	1	0,2	-	-	1	0,2
Santander	6	21,6	-	-	6	21,6
Itaú	-	-	519	412,6	519	412,6
Bradesco			668	112,0	668	112,0
Caixa			31	93,9	31	93,9
Total	89	32,1	21.365	1.788,5	21.454	1.820,6
BRB	81	9,7	-	-	81	9,7
Santander	8	22,4	-	-	8	22,4
Itaú	-	-	739	476,6	739	476,6
Bradesco	-	-	15.519	828,0	15.519	828,0
Caixa	-	-	5.107	483,9	5.107	483,9

2.3. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 04/09/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	333.924	80.656	103.105	270.571	97.215	44.471	39.929	139.966	12.132.048	608.934	85.373
S2	64.515	15.720	2.399	28.971	5.087	566	135	290	1.174.883	154.598	11.742
S3	59.956	25.848	5.539	41.171	14.975	3.021	1.417	9.194	231.734	24.422	8.373
S4	18.021	17.337	4.001	11.198	2.019	3.679	227	5.892	178.094	12.552	4.122
Cooperativas	2.568	17.320	23.986	43.265	686	2.514	2.729	3.750	820.940	31.029	5.780
Totais	478.984	156.881	139.030	395.175	119.982	54.251	44.438	159.092	14.537.699	831.534	115.392

Obs. Valor das operações em R\$ milhões; contratações em unidades. Valores em \$MM.

2.4. Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

O Portal do Empreendedor do Governo apresenta a distribuição dos recursos emprestados ou dados em garantia nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia.

(<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>)

De acordo com o Portal do Empreendedor do governo federal¹, com dados revisados até 17/09, os programas emergenciais emprestaram R\$ 79,76 bilhões, com 622 mil contratos efetivados.

ATUALIZAÇÃO	31/08/2020		10/09/2020		08/09/2020		08/09/2020		02/09/2020		
SEGMENTO	PESE		PRONAMPE		PEAC-FGI		BNDES-GIRO		FAMPE		TOTAIS
	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES	VALORES LIBERADOS ACUMULADOS	
Microempresas	-	-	165.794	6,82	-	-	-	-	-	-	6,82
Pequenas Empresas	-	-	162.590	18,10	-	-	-	-	-	-	18,10
Médias Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	66.849	3,31	-	-	-	-	-	-	3,31
TOTAIS	117.181	4,64	395.233	28,23	60.121	41,91	18.810	2,74	30.474	2,25	79,77

A Tabela acima apresenta os dados dos distintos programas, por porte de empresa, sempre que disponibilizado. Em setembro o PESE retornou e teve pequeno aumento. O Pronampe recebeu aporte de R\$ 12 bilhões e já teve grande incremento. Aguardamos o início do PEAC-maquinhas. Estes últimos dois programas são direcionados exclusivamente para as micro e pequenas empresas, as mais vulneráveis na crise atual.

Em relação ao Pronampe, pode-se verificar que foram contratados até 10/09 R\$ 28,23 bilhões, esses dados até o momento, não foram atualizados, em relação a semana passada.

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa

¹ <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

O BNDES enviou à Comissão as ações emergenciais com os potenciais previstos e os valores realizados até 08/09, que seguem abaixo. Algumas ações como o CCP - cadeias produtivas, CDE – crédito direto emergencial, e Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, ainda não têm nenhum recurso aprovado. São R\$ 8 bilhões que podem ser alocados para estas ações.

Classificação: Otimista - Restrição de acesso: Não há - Unidades Gestoras: AP/DEPLAN e AGOV/DEALEG

Acompanhamento das ações emergenciais // ① Resumo geral do desempenho 2



Bloco	Ação	Potencial Inicial (R\$ Milhões)	Potencial Revisto (R\$ Milhões)	Realizado (Aprovado) (R\$ Milhões)	% (Realizado / Potencial)	Clientes	Agentes Financeiros	Empregados nas empresas apoiadas 3	Lançado em	Previsto até
MPME e Pessoas Físicas	Capital de Giro para MPME 5	5.000	10.000	7.036	70%	21.458	32	522.427	23-Mar	30-Set
	Fase 1 - Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE 1	40.000	8.500	4.611	54%	115.636	10	1.957.895	20-Abr	30-Jun
	Fase 2 - Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE 1	4.000	4.000	296	7,4%	N/A	6	N/A	28-Ago	31-Out
	FGI - PEAC - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito 6	20.000	45.000	40.943	91%	52.091	21	2.297.742	30-Jun	31-Dez
	Standstill para operações indiretas automáticas	8.100	3.500	3.138	90%	28.550	47	1.827.694	31-Mar	21-Set
	Transferência PIS/PASEP para FGTS	20.000	20.000	20.000	100%	N/A	N/A	N/A	31-Mai	31-Mai
	PEAC Maquininhas	5.000	5.000	0	0%	N/A	N/A	N/A	08-Set	31-Dez
	Fundo de Crédito para MPMEs	4.000	4.000	0	0%	N/A	N/A	N/A	06-Mai	Fev-2021
Setor de Saúde	Programa Emergencial para o Setor de Saúde	2.000	1.000	292	29%	11	N/A	N/A	13-Abr	30-Set
	Matchfunding Salvando Vidas	100	100	73	73%	N/A	N/A	N/A	30-Abr	31-Out
	Crédito Direto Emergencial Saúde	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
	Inovação Saúde - Parceria Embrapii	20	20	20	100%	N/A	N/A	N/D	01-Set	Set-2021
Empresas	Standstill para operações indiretas não-automáticas	2.500	1.290	1.262	98%	62	N/D	68.781	07-Abr	30-Jun
	Standstill para operações diretas - setor privado	18.900	9.150	8.008	88%	431	N/A	440.738	29-Mar	30-Jun
	CDE - Crédito Direto Emergencial (exceto saúde)	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
	CCP - Crédito Cadeias Produtivas 7	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11-Jun	30-Set
	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	04-Jun	30-Set
	Conta-COVID: Energia	3.200	2.654	2.654	100%	0	N/A	N/D	31-Jul	28-Dez
	Setor Audiovisual (FSA)	246	246	20	8%	1	N/A	260	20-Jul	30-Set
Setor Público	Standstill para setor público 8	4.500	3.939	3.896	99%	57	N/A	N/A	17-Jun	31-Dez
	Saldo a Liberar - Estados	500	455	225	49%	7	N/A	N/A	17-Jun	31-Dez
Total		153.066	128.853	92.475	72%	218.297		7.115.537		

3. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA ECONOMIA

3.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 591,6 bilhões em 14/9/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 401,9 bilhões (67,9% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde março, por tipo de crédito orçamentário.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões							
TIPO DE CRÉDITO	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020*
Créditos Extraordinários							
Dotação	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	590.874,7
Pago	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	401.754,4
% Execução	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	68,0%
Créditos Iniciais							
Dotação	0,0	194,3	253,6	327,5	690,1	703,5	689,5
Pago	0,0	2,0	8,0	23,7	56,6	111,9	123,8
% Execução	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	15,9%	18,0%
Total							
Dotação	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	591.564,2
Pago	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	401.878,3
% Execução	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	67,9%

* Data da última extração do SIAFI: 14/9/2020

A Tabela 2, a seguir, detalha a execução financeira dos **créditos extraordinários** em nível de ações, com a ressalva de que os valores autorizados ainda não refletem a perda de eficácia de medidas provisórias (MPVs), tal como ocorreu no caso da MPV 943, de 3 de abril de 2020, que havia autorizado R\$ 34,0 bilhões em favor da ação “00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial”. Conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 100, de 2020, a MPV 943/2020 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020. Como até essa data só haviam sido empenhados R\$ 17,0 bilhões no âmbito da ação 00S5, o saldo de dotação não empenhada foi bloqueado pelo Poder Executivo. Embora a Tabela 2 não detalhe esses efeitos, destaca-se que o tema em análise está sendo monitorado por esta Relatoria e será devidamente contemplado nos relatórios bimestrais desta Comissão.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

Ações orçamentárias	R\$ milhões		
	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240.000.000,0	212.771.844.938,1	83,7%
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600.886.209,0	0,0	0,0%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189.488.452,0	60.148.914.730,3	99,9%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641.629.500,0	23.515.335.116,6	45,5%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	46.780.753.112,0	32.569.244.454,5	69,6%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000.000.000,0	17.000.000.000,0	50,0%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	27.900.000.000,0	27.900.000.000,0	100,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000.000.000,0	15.000.000.000,0	75,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000.000.000,0	10.061.731.183,2	62,9%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000.000.000,0	424.467.676,5	8,5%
8442 - Transferência de Renda (complemento do Bolsa Família)	3.037.598.000,0	369.285.445,0	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000.000.000,0	1.082.080.149,4	36,1%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900.000.000,0	900.000.000,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320.112.746,0	10.905.236,8	3,4%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160.000.000,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43.059.135,0	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.049.729,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20.000.000,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18.147.908,0	617.467,2	3,4%
Total	590.874.724.791,0	401.754.426.397,4	68,0%

Data da última extração do SIAFI: 14/9/2020

4. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA SAÚDE

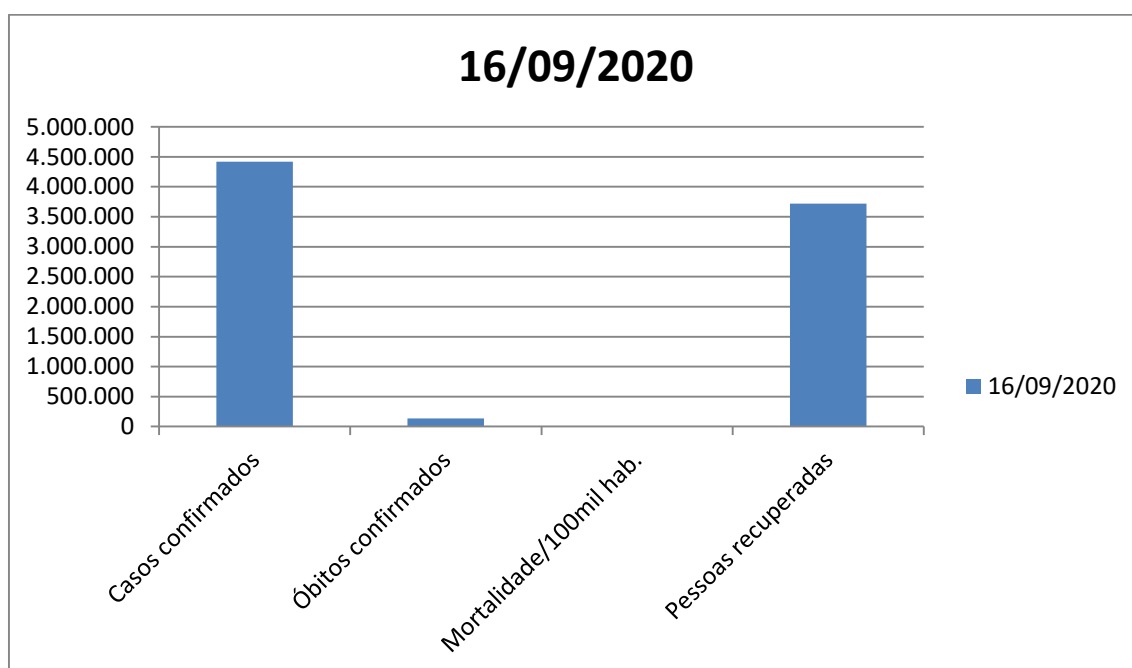
4.1 Dados Consolidados pelo Ministério da

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

No dia 16 de setembro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 4.419.083 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 134.106 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 63,8.

Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra 3.720.312 casos de pessoas recuperadas.

Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



4.2. Informações Divulgadas pela Imprensa:

Segundo dados de 16 de setembro de 2020, a imprensa noticiou 134.363 mortes e 4.430.227 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu em dois Estados (RO e PE). Manteve-se estável no: PR, RS, MG, RJ, SP, DF, GO, MS, MT, PA, TO, MA, PI e SE. E, por fim, caiu nos seguintes Estados: SC, ES, AC, AM, AP, RR, AL, BA, CE, PB e RN.

4.2.1. Cenário de 10 a 17 de setembro de 2020.

Monitoramento diário da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, mostrou que o mundo atingiu a marca dos 30 milhões de casos de Covid-19 nessa quinta-feira (17/9) e chegou a 30,2 milhões horas depois, na manhã desta sexta (18/9).

Os países com mais notificações de pessoas infectadas pelo novo coronavírus desde o início da pandemia são os Estados Unidos (com 6,6 milhões de casos), a Índia (5,2 milhões) e o Brasil (4,4 milhões). Na sequência, vem a Rússia e o Peru, com 1 milhão de infectados e 744 mil, respectivamente².

Na comparação com 14 dias atrás, o Brasil registrou queda de 28% no número de novos casos. Em relação às novas mortes diárias, o país esteve na segunda-feira no limite da estabilidade, com queda de -15% nos novos óbitos confirmados por dia³.

4.2.2. Brasil pede mais tempo para avaliar participação no programa de vacinas Covax.

O Brasil solicitou à Aliança Global de Vacinação (Gavi, na sigla em inglês) uma extensão no prazo para formalizar seu envolvimento na iniciativa Covax Facility, programa mundial para impulsionar o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. Segundo um comunicado divulgado pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), o país estuda "criteriosamente" a participação na Covax e "segue em tratativas" com a Gavi. O prazo original para a inscrição no programa vai até a meia-noite de sexta-feira (18)⁴.

4.2.3. Anvisa aprova retomada do estudo da vacina de Oxford.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a retomada no Brasil dos testes da vacina contra a covid-19 da Universidade de Oxford. Especialistas da agência avaliaram, em reunião realizada no dia 12, as informações recebidas da agência reguladora britânica, do Comitê Independente de Segurança do estudo clínico e da empresa patrocinadora do estudo, a AstraZeneca. Após avaliar os dados do evento adverso, sua causalidade e o conjunto de dados de segurança gerados no estudo, a Anvisa concluiu que a relação benefício/risco se mantém favorável e, por isso, o estudo poderá ser retomado⁵.

4.2.4. Vigilância popular na pandemia: CNS debate boas práticas comunitárias contra Covid-19.

O Comitê para Acompanhamento da Covid-19, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), reuniu-se no dia 10/09, em encontro online com líder comunitário, pesquisador e membros das comissões intersetoriais do CNS. O encontro trouxe para a pauta a integração da Vigilância em Saúde e da Atenção Básica em experiências populares de vigilância que contribuem para atenuar sofrimentos em contexto de crise sanitária.

Em Paraisópolis, São Paulo (SP), e em Brasília (DF), projetos protagonizados pela população e pesquisadores têm obtido resultados importantes para contenção da pandemia.

² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/17/mundo-chega-a-30-milhoes-de-casos-de-coronavirus-confirmados-segundo-universidade.ghtml>

³ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/15/taxa-de-transmissao-da-covid-19-no-brasil-volta-a-cair-ao-menor-patamar-desde-abril-aponta-imperial-college.ghtml>

⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/09/17/brasil-pede-mais-tempo-para-avaliar-participacao-no-programa-de-vacinas-covax.ghtml>

⁵ <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,anvisa-aguarda-novo-pedido-para-que-estudo-de-vacina-de-oxford-seja-retomado-no-brasil,70003434899>

O Coordenador Nacional do G10 das Favelas e líder comunitário, Gilson Rodrigues, explicou parte das ações: “Se o governo não fez nada aqui, precisávamos fazer alguma coisa. Ficar em casa não é possível em favelas com famílias tão numerosas”, explicou. Segundo ele, o Samu não subia o morro, então a própria comunidade se mobilizou para conseguir doações com parceiros e contratou três ambulâncias 24 horas com equipe médica para este período. Desde que a pandemia começou, foram mais de 4500 chamados. Um grupo de costureiras também produziu 270 mil máscaras e distribuiu aos moradores⁶.

4.2.5. Estudo aponta que pandemia interrompeu tratamentos e comprometeu a saúde de idosos.

Pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) começaram um estudo para analisar o impacto do isolamento social imposto pela pandemia de coronavírus na vida dos idosos, que fazem parte do grupo de risco para agravamento da Covid-19. No Brasil, foram ouvidas 1,5 mil pessoas entre 60 e 90 anos, que, nos últimos seis meses, deixaram de fazer exercícios físicos e tratamentos de saúde. De acordo com Etienne Fittipaldi, pesquisadora do Departamento de Fisioterapia da UFPE, inicialmente, mais de 60% dos idosos realizavam algum tipo de tratamento, como fisioterapia, acupuntura ou algum procedimento médico. Desses, na pandemia, 80% deixaram de fazer os procedimentos devido às restrições⁷.

4.3. Pesquisa, Ciência e Inovação.

4.3.1. Fiocruz vai testar vacina BCG na prevenção à Covid-19 no Brasil a partir de outubro.

Em outubro, a Fiocruz e o Instituto de Pesquisa Infantil Murdoch da Austrália irão iniciar testes, em profissionais da área de saúde, com a vacina BCG (usada para prevenir a tuberculose), a fim de verificar a proteção do imunizante também contra a Covid-19. O estudo, que inicialmente seria realizado apenas em Mato Grosso do Sul, vai ser expandido para o estado do Rio de Janeiro. Serão vacinados cerca de três mil profissionais da área saúde no país que não tenham tido Covid-19. O estudo será financiado pela Fundação Gates. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que está na última etapa, quando é avaliado se a vacina da BCG será eficaz ou não na prevenção da Covid-19⁸.

4.4. Atividades Importantes do Ministério da Saúde

4.4.1. Eduardo Pazuello toma posse como ministro da Saúde

Ao tomar posse na quarta-feira (16/9), no Palácio do Planalto, o Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, reforçou a continuidade das ações que vem desenvolvendo à frente da pasta, desde que assumiu interinamente, em maio deste ano. *“A responsabilidade era enorme e tivemos a total liberdade de implementar as medidas necessárias. Juntos, combatemos dia a dia não só a Covid-19, mas as demais doenças*

⁶ <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1367-vigilancia-popular-na-pandemia-cns-debate-boas-praticas-comunitarias-contracovid-19>

⁷ <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/09/14/estudo-aponta-que-pandemia-interrompeu-tratamentos-e-comprometeu-a-saude-de-idosos.ghtml>

⁸ <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-vai-testar-vacina-bcg-na-prevencao-covid-19-no-brasil-partir-de-outubro>

que afligem o nosso povo, utilizando para isso a melhor ferramenta que poderíamos ter, o SUS”, destacou o Ministro da Saúde.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47479-eduardo-pazuello-toma-posse-como-ministro-da-saude-2>.

4.4.2. Chega ao DSEI Maranhão reforço no combate à Covid-19

O Ministério da Saúde iniciou, nesta semana, uma operação conjunta com o Ministério da Defesa no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Maranhão. Objetivo é intensificar a assistência nas aldeias com a oferta de atendimento médico especializado, testagem para a Covid-19 e envio de medicamentos e insumos para abastecer os Polo Base – unidades de referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam nas aldeias.

Ao todo, serão 21 dias de ação, dividido em três fases, que vão envolver as equipes dos Ministério da Saúde e das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – além dos profissionais do DSEI Maranhão, que mapearam todos os Polos Base e identificaram previamente quais as necessidades de cada aldeia, estabelecendo um cronograma e prioridades de ações. As equipes estão levando cerca de 60 mil medicamentos e 32 mil equipamentos e testes para a COVID-19.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47474-chega-ao-dsei-maranhao-reforco-no-combate-a-covid-19>

4.5. Atividades Importantes do Legislativo

4.5.1. Senado aprova uso de recursos do FNCA em acolhimento durante pandemia – Relatora: Senadora Eliziane Gama.

O Plenário do Senado, em votação simbólica, aprovou nesta quinta-feira (17) o PL 3.289/2020 que autoriza o uso de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) nos programas de acolhimento durante o estado de calamidade pública resultante da pandemia de covid-19.

A Relatora, Senadora Eliziane Gama, apresentou substitutivo incorporando cinco emendas sugeridas pelos senadores. As modificações ampliam o prazo de uso dos recursos de seis para doze meses após o fim do estado de calamidade pública e permitem usar o dinheiro para pagar o aluguel social — benefício do governo federal entregue mensalmente a famílias que perderam a moradia em consequência da pandemia. O texto aprovado segue para a análise da Câmara dos Deputados⁹.

4.5.2. Senado aprova projeto que libera recursos do Suas para compra de máscaras e álcool em gel.

O Plenário do Senado aprovou o PL 3.229/2020 que libera recursos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para a compra de álcool em gel e máscaras de proteção, a serem distribuídos à população em estado de vulnerabilidade durante o período de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus. O texto aprovado segue para a análise da Câmara dos Deputados¹⁰.

⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/senado-aprova-uso-de-recursos-do-fnca-em-acolhimento-durante-pandemia>

¹⁰ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/vai-a-camara-projeto-que-libera-recursos-do-suas-para-compra-de-mascaras-e-alcool-em-gel>

4.6. Propostas

4.6.1. Relevância do PL n.º 4.171/2020:

Destaca-se a apresentação do Projeto de Lei nº 4.171/2020 de autoria do Deputado Federal General Peternelli, do Deputado Federal Francisco Jr. e outros. A proposição objetiva conferir maior transparência no acompanhamento dos repasses federais aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, criando o SIAFI Nacional.

Foi apresentado Requerimento de Urgência, objetivando conferir celeridade à tramitação da referida proposição parlamentar. Presentemente, o Requerimento de Urgência aguarda o atingimento do quantitativo necessário de assinaturas.

4.6.2. Relevância do PLP n.º 213/2020:

Durante a audiência pública dessa Comissão, realizada em 24 de agosto de 2020, a Senadora Eliziane Gama destacou a apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 213, de 2020, de sua autoria, que institui a Renda Básica da Primeira Infância para crianças de zero a seis anos de idade, custeada por tributação progressiva. Na oportunidade, o convidado Paulo Nogueira Batista Jr., Ex-diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), reforçou a ideia da tributação dos mais ricos como caminho para alcançar a justiça tributária e como fonte para a instituição de políticas sociais¹¹.

5. Conclusão

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Como sugestão, salienta-se a necessidade de ampliação do sistema SIAFI, o que pode ser levado a efeito com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.171/2020. Para tanto, imperioso se faz o atingimento do número de assinaturas necessárias para a admissão do Requerimento de Urgência.

Apesar da supracitada atuação, é preciso reiterar que o país ainda não superou a pandemia e que esforços devem continuar sendo empreendidos na gestão eficiente de recursos e na ampliação de ações coordenadas com estados e municípios. As medidas sanitárias preventivas e o distanciamento social precisam ser reforçadas, principalmente no atual cenário de reabertura das atividades econômicas, pois o número de mortes semanais pela Covid-19 no Brasil ainda está entre os maiores do mundo, com média de 715 óbitos por dia na última semana epidemiológica.

¹¹ Notas Taquigráficas: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9807>